

A retirada dos EUA da OMS: impactos na saúde global



» CARLA PINTAS
» SILVIA BADIM
» WILDO ARAÚJO

Sanitaristas e professores associados da Faculdade de Ciências e Tecnologias em Saúde da Universidade de Brasília (FCTS/UnB)

A recente decisão do governo Trump de retirar os Estados Unidos (EUA) da Organização Mundial da Saúde (OMS) representa um marco polêmico e potencialmente devastador para a saúde global. Como o maior financiador da entidade, a saída dos EUA não apenas corta um dos principais fluxos financeiros da organização, mas também compromete a cooperação científica internacional, a resposta às pandemias e os avanços em áreas como vacinação, saúde materna e erradicação de doenças, além de enfraquecer o diálogo em prol dos pactos multilaterais na área da saúde, tão necessários para garantir uma saúde global conectada com os atuais desafios mundiais.

A OMS desempenha um papel essencial como coordenadora global de respostas a surtos e pandemias, além de promover padrões técnicos e garantir o compartilhamento de informações cruciais para a saúde mundial. Os EUA, ao longo de mais de 75 anos de participação, foram um dos principais aliados na construção e sustentação da organização. Ao se retirar, o país deixa um vazio significativo em termos de financiamento e liderança.

De acordo com dados recentes, os EUA representavam cerca de 14,5% do orçamento total da OMS. Esse financiamento era usado para programas cruciais, como a erradicação da poliomielite, a resposta a emergências de saúde e o fortalecimento dos sistemas de saúde em países de baixa e média renda. Sem esses recursos, a organização enfrenta desafios

imensos para manter tais iniciativas, principalmente em um momento em que o mundo ainda luta contra as consequências da pandemia de covid-19 e outras crises emergentes, como as climáticas, que têm, inevitavelmente, um reflexo na saúde humana.

Não podemos falar em enfrentamento às mudanças climáticas sem falar em saúde coletiva e, a nível mundial, não podemos coordenar ações entre os países sem uma entidade forte como a OMS para subsidiar estratégias conjuntas entre os países. A perda de financiamento também compromete negociações e projetos futuros, como possíveis ajustes ao novo Regulamento Sanitário Internacional, vigente desde 2007, e o acordo pandêmico previsto para 2025. Esse acordo, concebido para aumentar a colaboração internacional na preparação e resposta a pandemias, perde força sem o envolvimento dos EUA, que trazem expertise técnica e capacidade de resposta rápida. Como bem apontado por especialistas, “as doenças não respeitam fronteiras”.

A retirada dos EUA também ameaça redes cruciais de colaboração científica. Universidades, laboratórios e instituições americanas têm parcerias históricas com a OMS por meio de centros colaboradores que promovem pesquisa, desenvolvimento de vacinas e monitoramento de doenças. Ao romper esses laços, há o risco de isolamento científico, prejudicando avanços globais e atrasando soluções para ameaças à saúde.

Além disso, o fim do envolvimento financeiro voluntário por parte dos EUA pode causar danos imediatos. O financiamento ao intercâmbio e cooperação técnica, programas de imunização, como a vacinação contra o sarampo e a poliomielite, e a distribuição de medicamentos essenciais em regiões vulneráveis podem sofrer cortes severos. Essas lacunas aumentam a vulnerabilidade global diante de surtos e crises sanitárias, exacerbando as desigualdades também em saúde.

Além disso, a menor participação dos EUA para a melhor coordenação global pode ter impactos diretos na segurança de fronteiras,

nas necessidades mútuas do cuidado à saúde das populações, na troca de informações sobre doenças emergentes e reemergentes, na governança global para o uso inteligente de antibióticos, no desenvolvimento de novos fármacos e imunobiológicos, na capacidade de detecção oportuna e coordenação da resposta à pandemias e a desastres naturais. Um exemplo é a necessidade de monitorar e controlar o vírus H5N1, que recentemente apresentou casos humanos nos EUA e apresenta franca expansão em animais silvestres.

A saída dos EUA da OMS exige uma resposta rápida e coordenada da comunidade internacional. Países como Brasil, Canadá, China, Índia, Japão, países da Europa ocidental, estados-membros do Conselho de Cooperação do Golfo Pérsico, entre outros, serão pressionados a aumentar suas contribuições financeiras para suprir parte do déficit. Filantropos e organizações privadas podem até desempenhar um papel maior, mas não serão capazes de substituir integralmente o apoio financeiro dos EUA. Por fim, é imperativo que governos, pesquisadores e organizações civis reforcem a narrativa de que a OMS é um pilar imprescindível para a saúde global, construída por princípios democráticos multilaterais levados a cabo pelos próprios países signatários.

Em um mundo cada vez mais interconectado, com cidades com alta densidade populacional e altamente urbanizadas, que sofrem por fortes efeitos extremos das mudanças climáticas, em países com altos índices de Gini e baixo IDH, com as pandemias acontecendo em espaço de tempo cada vez menores, o fortalecimento da cooperação internacional em saúde precisa ser prioridade. A decisão dos EUA de se retirar da OMS não apenas fragiliza a saúde global, mas também pode prejudicar sua própria população. Nesse cenário, em caso de não mudança da decisão do novo governo americano, cabe aos demais atores globais assumir a liderança e garantir que o direito à saúde seja preservado para todos.

Trump e a América Latina



» ANDRÉ MENDES PINI
Professor na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), doutor em relações internacionais pela Universidade de Brasília (UnB)

» GUSTAVO MENON
Professor no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP) na Universidade Católica de Brasília (UCB), coordenador do curso de relações internacionais na Universidade Católica de Brasília (UCB)

O retorno de Donald Trump à Casa Branca vem gerando a expectativa de flagrantes inflexões da posição dos Estados Unidos em diversas temáticas, tanto do ponto de vista doméstico quanto internacional. O cenário político que Trump adentra em seu segundo mandato é bastante distinto daquele de 2017. Sua plataforma de extrema-direita foi capaz de cooptar os Republicanos e tomar para si o partido, alijando vozes dissonantes mais moderadas e consolidando a sua dimensão reacionária. Já do ponto de vista internacional, Trump visa implodir o multilateralismo, voltando os olhares dos EUA ao seu entorno regional, sob auspícios expansionistas e imperialistas. Esse cenário gera distintas preocupações na comunidade internacional e levanta a questão: quais os impactos dessa inflexão norte-americana para a América Latina e para o Brasil?

A eleição de Trump para um segundo mandato certamente terá impactos significativos em toda a América Latina e o Caribe, justamente a região em que o Big Stick de Trump pretende atuar. No caso do México, espera-se um aumento da pressão para conter a imigração ilegal, com a possível imposição de tarifas sobre as importações mexicanas e a aceleração da construção do muro na fronteira, para além da tentativa de rebatizar o Golfo do México. Para Cuba, já nos primeiros decretos podemos observar um retrocesso nas relações diplomáticas, com o retorno da ilha à lista de países patrocinadores do terrorismo.

O Panamá, por sua vez, está sofrendo pressões em relação à autonomia do seu canal interoceânico, ameaçando a soberania do país centro-americano. Enquanto esses países devem sofrer uma pressão mais direta, o restante da região não estará no escopo de prioridades de Trump, que estará focado nos seus inimigos domésticos e em questões estratégicas para os EUA, como a Ucrânia, a Otan e a China.

Na América do Sul, a Venezuela poderá ver o retorno da estratégia de “pressão máxima”, com a intensificação das sanções econômicas e o aumento do isolamento diplomático do governo Maduro. Já Argentina e Equador, sob os governos de Javier Milei e Daniel Noboa, respectivamente, podem se beneficiar, em um primeiro momento, de um alinhamento ideológico com Trump, fortalecendo setores da extrema-direita na região.

Do ponto de vista brasileiro, chama a atenção o fato de o próprio Trump reforçar que o Brasil supostamente precisaria mais dos EUA do que os EUA precisariam do Brasil. Essa visão do presidente estadunidense demonstra a percepção de que o Brasil é um país secundário no escopo das relações preferenciais de Washington e, ao mesmo tempo, corrobora a postura tradicional do Itamaraty de que a inserção internacional do Brasil deve ser pautada pela autonomia e pelo pragmatismo, priorizando a manutenção de uma escopo universalista de parcerias em vez de um alinhamento aos EUA.

Esse debate frequentemente ganha visibilidade sob o prisma da polarização política brasileira, que, erroneamente, associa ao bolsonarismo um potencial de aproximação com Trump, enquanto relega o governo atual à posição de antagonistas de Washington. Essa visão não poderia ser mais equivocada. Apesar de o bolsonarismo representar um eixo político de extrema-direita com inequívoca sinergia com o governo Trump, o histórico diplomático brasileiro demonstra que afinidades ideológicas entre as gestões de Brasília e Washington pouco influenciam nas diretrizes do relacionamento bilateral entre os países.

Sob as gestões do PT, a política externa brasileira vem sendo conduzida conforme as linhas históricas do Itamaraty, que pleiteiam uma visão universalista de inserção internacional, com prioridades não excludentes nas relações tanto com os países do Norte quanto com os países do Sul. Isso significa que o relacionamento com o Brics, a América Latina ou a África não é conduzido em oposição à relação com os EUA ou com a Europa, mas, sim, em um tom de complementaridade.

A política externa brasileira historicamente já demonstrou seu ceticismo com relação a um alinhamento meramente ideológico aos EUA. Mais recentemente, ao longo do período em que Bolsonaro e Trump estiveram à frente de seus países, o Brasil aderiu a um trumpismo tropical que se distanciou das tradições diplomáticas do Itamaraty e cujo marco simbólico foi a adoção de uma postura negacionista e anticientífica frente à pandemia de covid-19, resultando em mais de 700 mil mortes no Brasil.

Nesse sentido, percebe-se que a política externa brasileira sob o governo Lula está bem posicionada para enfrentar as vicissitudes provocadas por Donald Trump na ordem internacional. A postura universalista e autônoma do Itamaraty permite ao Brasil manter as relações com Washington de maneira pragmática, ao mesmo tempo em que permite a manutenção de uma posição de crescente influência tanto no entorno regional latino-americano quanto mediante o Sul Global como um todo.

A multiplicidade de relacionamentos com parceiros estratégicos, como a China e a União Europeia, oferece, ainda, ao Brasil a possibilidade de contrabalançar a influência norte-americana e reagir de maneira pragmática às inflexões que Trump busca imprimir na política externa dos EUA. Os Estados Unidos certamente são mais importantes para o Brasil do que vice-versa, no entanto, o Brasil está longe de depender dos EUA para conduzir uma inserção internacional pragmática e autônoma.



Ainda estamos aqui



» SÉRGIO MORICONI
Professor e crítico de cinema

Este texto tinha inicialmente o título de “E não é só isso”, o que, convenhamos, era vago, nebuloso, genérico e aberto demais. Mas a explicação viria logo em seguida. A histórica indicação de *Ainda estou aqui* para concorrer ao Oscar de melhor filme do ano concedido pela Academia de Artes e Ciências Cinematográficas tem um significado que transcende o aspecto estritamente cinematográfico. E o combo ainda inclui as indicações de melhor filme internacional — aqueles falados em língua estrangeira e de países não norte-americanos — e de melhor atriz para Fernanda Torres.

Houve e há um verdadeiro frenesi no país em relação à possibilidade de alguma dessas conquistas se ratificar, especialmente a inédita de Melhor Filme. Uma glória ansiada, muito embora o filme de Walter Salles tenha ganhado inúmeros prêmios internacionais, entre eles o recente Globo de Ouro de Melhor Atriz para Fernanda e de melhor roteirista no Festival de Veneza para Murilo Hauser, Heitor Lorega e Marcelo Rubens Paiva, este último o autor do livro que dá origem à obra cinematográfica. “E não é só isso”, eu estava dizendo, a conquista, ou mesmo a indicação do Oscar, em sua categoria mais prestigiosa, tem uma relevância que vai além do cinema. Ela se dá em pelo menos três planos: de mercado, simbólico e político.

Do ponto de vista do mercado, a indicação de *Ainda estou aqui* eleva o cinema brasileiro a outro patamar de interesse. O Oscar tem o poder de desencadear uma espiral

superpositiva em vários aspectos. Apenas uma indicação numa das principais categorias já valoriza muito uma produção dando-lhe enorme visibilidade. No caso de *Ainda estou aqui*, se o filme ou a Fernanda ganharem em suas respectivas categorias, isso, consequentemente, implicará aumento significativo também do prestígio do cinema brasileiro no exterior. O Oscar tem o poder de deixar introjeto para o mundo que o Brasil tem condições de fazer produções de grande valor. Claro, não vamos nos esquecer que o prêmio tem antes de tudo implicações mercadológicas. Isso já pode ser facilmente constatado pelo aumento da audiência no Brasil, mais de 3 milhões e meio de espectadores, e as documentadas filas quilométricas em sessões do filme na França, em Portugal e na Itália.

“E não é só isso”. Simbolicamente, *Ainda estou aqui* abre um arco de grande amplitude de reflexão no Brasil e fora dele. Aqui, ele possibilita, especialmente para um público mais jovem, um resgate da memória dos tempos duros e das iniquidades da ditadura militar. E faz isso de uma forma muito singular. Walter Salles constrói o seu filme de uma forma plácida e civilizada. Não há nada de panfleto nem de melodrama, como é o caso do também “oscarizado” *Central do Brasil*, estrelado pela mãe de Fernanda Torres, a dama do teatro, da televisão e do cinema brasileiro Fernanda Montenegro. Ou, se preferirmos, *Ainda estou aqui* é um “melodrama seco”, fazendo aqui alusão, ainda que um tanto canhestamente, às óperas-secas. Pois é isso mesmo. Numa das dezenas de entrevistas que deu, Fernanda diz que uma das coisas que mais a impressionaram na direção do filme foi a forma como Walter Salles se invisibilizou. Ego zero. Não há arroubos técnicos nem de linguagem, é uma dramaturgia clássica, um drama familiar que deixa passar pelas frestas uma circunstância trágica da história brasileira.

Também não há violência física nem

sangue derramado, a não ser a sutil visão de gotas secas no chão da sala em que Eunice Paiva presta depoimento num quartel da polícia, indicando que ali era um lugar de tortura. Eunice é a estoica personagem retratada no filme por Fernanda. “Ela é uma verdadeira heroína brasileira”, diz a atriz. Advogada, símbolo da luta contra a ditadura militar brasileira. Depois da morte do marido, Rubens Paiva, engenheiro e político assassinado pela ditadura militar, Eunice forma-se em direito e passa a trabalhar ativamente em prol dos direitos humanos e das causas indígenas. Salles tem a mesma compreensão que Fernanda tem em relação a Eunice. Trata sua personagem ao mesmo tempo com discrição e patos. Um equilíbrio difícil. Como uma sinfonia de Haydn. Lembramos que o diretor não dirigia um longa-metragem de ficção fazia mais de 10 anos!

“E não é só isso”. O filme chega às salas de cinema dos diferentes continentes num contexto político desafiador. Certamente, *Ainda estou aqui* provocará distintas reflexões mundo afora. Como assimilarão a obra europeus de Meloni, do Chega, da direita neonazista alemã e da, nem tanto, francesa? No Continente Sul-americano e no México, o filme cumpre a mesma função didática de resgate da memória que se cumpre no Brasil. A exceção, claro, é a Argentina de Milei. Assim como o governante anterior do Brasil, Milei desfinanciou todas as instituições ligadas à arte (o cinema em especial) e à memória da ditadura militar argentina. E os Estados Unidos? Será que o norte-americano médio vai ter a compreensão histórica de que o seu país teve um papel fundamental no drama que se desenvolve na tela? Drama introjeto no microcosmo de uma família. Bem faz Fernanda Torres que, nas suas entrevistas, tem dito que toda a conjuntura política do filme é fruto da “guerra-fria”. Para meio entendedor, meia palavra basta.